



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº de 2024.

(Deputado Pompeo de Mattos)

Institui moratória para os débitos tributários do Simples Nacional para empresas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência das enchentes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída, em conformidade com o disposto na alínea “b” do inciso I do art. 152 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional – CTN, moratória para todos os tributos devidos apurados relativos aos regimes de que tratam os arts. 12 e 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, incluídos o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, exclusivamente para as empresas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, afetadas pelas enchentes.

§ 1º A moratória de que trata o caput alcança os tributos devidos, inclusive parcelados, vencidos ou vencíveis entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

§ 2º A moratória de que trata o caput não implica direito à restituição ou compensação de quantias eventualmente já recolhidas.

§ 3º Durante a moratória de que trata o caput não incidirão encargos relativos ao não recolhimento dos tributos por ela alcançados.

Art. 2º O montante de tributos não recolhidos durante o período de moratória estabelecido nesta Lei deverá ser recolhido até 31 de dezembro de 2025 ou, a critério do sujeito passivo, poderá ser parcelado.

§ 1º Na hipótese de opção pelo parcelamento, o montante deverá ser pago em parcelas mensais, sem incidência de quaisquer encargos, calculadas como um percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre a receita bruta auferida no mês imediatamente anterior, conforme a legislação aplicável.

§ 2º Para o Microempreendedor Individual (MEI), o montante poderá ser pago, sem incidência de quaisquer encargos, em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com valor mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) por parcela.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 07/05/2024 19:32:30.803 - MESA

PLP n.79/2024

§ 3º Os valores devidos, em caso de parcelamento, deverão ser pagos mensalmente, com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se em janeiro de 2026.

§ 4º A opção pelo parcelamento deverá ser formalizada até 31 de dezembro de 2025 e implica:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, assim como dos tributos com vencimento posterior ao período de moratória estabelecido.

§ 5º Os parcelamentos autorizados por esta Lei poderão coexistir com outros parcelamentos anteriormente celebrados pelo sujeito passivo com a União, sem prejuízo das condições destes.

Art. 3º Obedecido o devido processo legal, a exclusão do devedor do parcelamento estabelecido no Art. 2º desta Lei, bem como a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, ocorrerão nas seguintes situações:

I - Falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas;
II - Falta de pagamento de uma parcela, estando todas as demais pagas;

III - Constatação, por parte da autoridade fiscal, de atos que indiquem esvaziamento patrimonial do devedor ou qualquer procedimento que simule atos para subtrair receita, configurando fraude ao cumprimento das condições do parcelamento;

IV - Encerramento das atividades do sujeito passivo;
V - Inobservância de quaisquer outras condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º A rescisão do parcelamento resultará na exigibilidade imediata do total do crédito confessado e ainda não quitado, conforme a legislação vigente.

§ 2º Os efeitos da rescisão terão início no mês seguinte ao que o contribuinte for notificado sobre a mesma.

Art. 4º Fica vedada a notificação para exclusão de ofício do Simples Nacional, nos termos do disposto no inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquanto perdurar o estado de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704





JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar visa instituir medidas emergenciais de moratória tributária exclusivamente para as microempresas e empresas de pequeno porte no Estado do Rio Grande do Sul, como resposta aos devastadores efeitos das recentes enchentes que assolaram a região. Estas medidas são fundamentais para assegurar a sobrevivência dessas empresas diante do maior desastre natural da história do estado, permitindo que retomem suas atividades e contribuam para a recuperação econômica local.

As enchentes deixaram um rastro de destruição sem precedentes, afetando mais de 1,3 milhão de pessoas, devastando infraestruturas, residências, e paralisando atividades comerciais e industriais. Muitas dessas empresas enfrentam agora a perda total de seus ativos, além de enfrentar dificuldades para acessar recursos e manter operações devido à falta de infraestrutura básica, como eletricidade e internet, essencial para a gestão empresarial moderna.

Neste contexto de calamidade pública, onde cidades inteiras foram submersas e estruturas essenciais como hospitais e escolas foram severamente afetadas, a moratória proposta visa suspender temporariamente a exigibilidade de tributos devidos pelas empresas enquadradas no Simples Nacional. Com esta suspensão, as empresas terão um alívio no fluxo de caixa, permitindo-lhes alocar recursos para reconstrução e recuperação, essenciais para a retomada das atividades econômicas.

Esta medida não apenas oferece um suporte crucial para a sobrevivência das micro e pequenas empresas, mas também contribui para a manutenção e geração de empregos, crucial para a estabilidade social e econômica da região. A reconstrução das áreas afetadas e a recuperação econômica demandarão esforços significativos e coordenados, e as empresas locais serão peças chave neste processo.

Assim, a proposta, ao suspender a cobrança de tributos, reconhece a gravidade do momento dando um voto de confiança às empresas que têm o potencial de liderar a recuperação econômica. A medida está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando que a calamidade pública justifica tais ações emergenciais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

A moratória proposta é, portanto, uma resposta necessária e urgente para garantir a sobrevivência e recuperação do tecido econômico e social do Rio Grande do Sul, impactado por um desastre de proporções históricas. Este é um passo fundamental para a reconstrução da região e para o retorno à normalidade para milhares de cidadãos e centenas de comunidades afetadas.

Brasília, de maio de 2024.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
PDT- RS

Apresentação: 07/05/2024 19:32:30.803 - MESA

PLP n.79/2024



Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246106850800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pompeo de Mattos

